

## A Imponderável Finitude Humana da necessidade de suprassumir o pensamento pensado da Metafísica tradicional ou contra a hegemonia que sustém as hegemonias

ALFREDO DE OLIVEIRA MORAES\*

*Recepción:* 31.10.2024

*Aceptación:* 11.12.2024

*Publicación:* 19.12.2024

**Resumo:** O autor, partindo de uma reflexão sobre a imponderável finitude humana, apresenta em resumo, sua tese de que a metafísica de base material, que é tomada como a metafísica tradicional ou simplesmente a Metafísica, é o fundamento de todas as hegemonias vigentes, de modo que somente a sua suprassunção numa metafísica de base relacional poderá prover uma nova fundamentação que possa atender a premissa de Einstein de *que o pensamento que nos conduziu até aqui é incapaz de nos tirar daqui*, para tanto é necessário romper os limites do sistema de crenças dominante, tanto na religião, quanto na economia e na política. Bem como, acentua a imbricação entre Ética e Metafísica na apreensão da realidade humana e suas conseqüências para o existir humano, significa dizer que por constituir algo essencial para o existir humano a Metafísica não pode ser compreendida como um mero discurso sobre um imaginário ser, bem como a Ética não pode ser reduzida a um conjunto de normas, princípios e imperativos condicionantes da tolerância nas relações sociais e ecossistêmicas.

**Palavras-chave:** Metafísica; Suprassumir (*aufheben*); Suprassunção (*Aufhebung*); Imponderável Finitude; Liberdade.

**Resum:** L'autor, partint d'una reflexió sobre la imponderable finitud humana, presenta en resum, la seva tesi que la metafísica de base material, que és considerada com la metafísica tradicional o simplement la Metafísica, és el fonament de totes les hegemonies vigents, de manera que només la seva superació en una metafísica de base relacional podrà proporcionar un nou fonament que pugui atendre la premissa d'Einstein segons la qual el pensament que ens ha portat fins aquí és incapaç de treure'ns d'aquí. Per a això, és necessari trencar els límits del sistema de creences dominant, tant en la religió com en l'economia i la política. Així mateix, subratlla la interrelació entre Ètica i Metafísica en la comprensió de la realitat humana i les seves conseqüències per a l'existència humana. Això significa que, per ser quelcom essencial per a l'existència humana, la Metafísica no pot ser compresa com un mer discurs sobre un ésser imaginari, així com l'Ètica no pot ser reduïda a un conjunt de normes, principis i imperatius condicionants de la tolerància en les relacions socials i ecosistèmiques.

**Paraules clau:** Metafísica; *Aufheben*; *Aufhebung*; Imponderable Finitud; Llibertat.

---

\* Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi membro-fundador e Presidente da Sociedade Hegel Brasileira. Entre outros ensaios e livros, publicou, pela EDIPUCRS, *A Metafísica do Conceito*. E-mail: [alfredodeoliveiramoraes@gmail.com](mailto:alfredodeoliveiramoraes@gmail.com).



**Abstract:** The author, beginning from a reflection on the human imponderable finitude, summarizes his thesis that a material-based metaphysics, seen as the traditional metaphysics or simply the Metaphysics, is the foundation of all current hegemonies. Thus, only its *Aufhebung* by a relational-based metaphysics can provide a new foundation that can fulfill Einstein's premise *that the thinking which has brought us here is incapable of getting us out*. To reach this objective, it is necessary to break the limits of the prevailing belief system across religion, economics, and politics. Also emphasizes the relation between Ethics and Metaphysics in the apprehension of human reality and its consequences for human existence, meaning to convey that, as an essential component of human existence, Metaphysics cannot be understood as mere discourse about an imaginary Being, just as Ethics cannot be reduced to a set of laws, principles, and imperatives that serve merely to justify tolerance in social and ecosystemic relations.

**Keywords:** Metaphysics; Aufhebung; Aufheben; Imponderable Finitude; Freedom.

\*\*\*

“Ao contrário dos cromossomos, os genes não são objetos físicos, mas simples conceitos que adquiriram, no decorrer das últimas décadas, uma enorme bagagem histórica...” (William Gelbart – geneticista citado por Capra, 2013, p. 186).

Por aproximadamente dois séculos a física de Newton teve vigência como o paradigma dominante na ciência, somente no início do século passado com os avanços da relatividade e do pensamento quântico ela deixou de fornecer as respostas que as novas descobertas exigiam e foi supressumida (negada como verdade universal absoluta, conservada em seu âmbito próprio de atuação e elevada a momento da história da ciência) pela física contemporânea.

A questão agora é: Quanto tempo levará para se perceber a insuficiência do formalismo, do materialismo e do positivismo que ora imperam como paradigmas nas academias de ciências quando se trata da certeza de verdade do conhecimento, não obstante, a advertência atribuída a Einstein de que ‘o pensamento que nos conduziu até aqui é incapaz de nos tirar daqui?’

O leitor de Hegel sabe que o espírito do mundo (o conjunto dos valores determinantes em cada momento histórico) não se rende facilmente e mesmo quando vencido ainda se volta contra o novo que se avizinha e em seu último suspiro logra conseguir um fim trágico para aquele/a/s/as que lhe depuseram do trono.

Estamos vivendo uma época marcada pela hipercomplexidade, prenúncio de mudanças de rumo que se anunciam nas lentes do telescópio James Webb, nas descobertas do mundo nanológico do CERN (The European Organization for Nuclear Research), nas inteligências artificiais, nas experiências de quase morte, nos ‘achados’ arqueológicos que nos incitam a reescrever a história de nossas origens. Mas, o agonizante espírito do mundo resiste, um tripé de relações lhe dá sustentação: o poder político, as religiões positivas e a teia pegajosa/envolvente do sistema econômico-financeiro.

Contudo, a matéria translucidamente indiferente à luz, os neutrinos, a infinitude do universo, as incertezas tanto no mais íntimo da matéria como nos mercados financeiros,

continuam a nos desafiar apontando a incapacidade do modo de pensar dominante em ultrapassar a si mesmo para persistir hegemônico. Ainda há pouco o motor a combustão era suficiente para alcançarmos com ele o horizonte que éramos capazes de vislumbrar.

De que precisamos ainda para percebermos que já não basta operar mudanças superficiais, não basta maquiagem com sofisticadas a tecnociência que nos mantém na ‘zona de conforto’ da ignorância do que ou de quem somos? Desenvolvimento econômico sustentável como avesso do modelo atualmente em vigor pode ser uma solução? Ou, será que incluindo o fator humano na perspectiva de promover bem-estar material humanizamos o desenvolvimento sustentável? “The answer my friend is blowing the wind”, na metáfora do sopro que dá vida ao barro.

Nas línguas antigas, tanto a alma quanto o espírito eram descritos pela metáfora do sopro vital. As palavras para ‘alma’ em sânscrito (*atman*), em grego (*psyche*) e em latim (*anima*) significam, todas elas, ‘sopro’. O mesmo vale para as palavras que significam ‘espírito’ em latim (*spiritus*), em grego (*pneuma*) e em hebraico (*ruah*). Também elas significam ‘sopro’. (Capra, 2013, p. 53).

Esse o ponto de inflexão da mudança de rumo, mudar a base do pensamento, realizar uma metamorfose no modo de pensar, pois as 18 variações sobre um tema de Paganini, não mudam a base melódica; de Tales de Mileto até agora a base sobre a qual se sustém o pensamento ocidental é a mesma em suas variações. Não é sem razão que o pensamento que nos conduziu até aqui veio a ser incapaz de nos tirar daqui. E, em consequência, não será capaz de promover o desenvolvimento sustentável da experiência humana na Terra.

O argumento que aqui se defende passa, necessariamente, pela palavra de um dos cientistas mais importantes do século que há pouco se foi – Werner Heisenberg, que ainda se vale de outro não menos importante, a citação é um pouco longa, mas, peço paciência, é relevante:

Se se quiser criar espaço para conexões biológicas propriamente ditas, que não são simplesmente uma consequência das conexões físicas e químicas – e muitas experiências falam certamente a favor do fato de um tal espaço precisar ser criado -, então podemos nos lembrar juntamente com Bohr da ligação entre a teoria quântica, a química e a física clássica. Pode-se tentar levar a termo a comparação: a “entelégua” ou a “estrutura total” “dirige” o acontecimento químico-físico no organismo de maneira similar ao modo como, por exemplo, o campo de ondas materiais “dirige” o movimento das partículas elementares elétricas.

Essa comparação está inicialmente protegida contra a objeção que foi levantada contra as comparações anteriores: o campo de ondas materiais não é um campo de força que “atua sobre a matéria, mas é, em certa medida, um outro aspecto da própria matéria. O princípio de conservação da energia é válido para os elétrons e para as suas ações elétricas recíprocas de maneira tão exata quanto ele pode ser comprovado; não é nem necessário nem possível introduzir ainda ao lado dos elétrons o campo e suas ondas materiais. A condução dos elétrons através do campo material acontece efetivamente de uma outra maneira: o componente da realidade que denominamos elétron não é apenas ou não é sempre uma pequena partícula elementar, que se movimenta no espaço e no tempo segundo as leis da física clássica. Ele só possui essa propriedade muito mais nos experimentos, em que nós investigamos sua situação espacial. Esse componente “elétron” também pode ser em outros casos um processo ondulatório e obedece como tal às leis da propagação das ondas. Somente por meio daí tornam-se possíveis, como a mecânica quântica em particular o mostra, átomos estáveis, que atuam uns sobre os

outros através das forças químicas. Se se transportam esses princípios *mutatis mutandis* para os organismos vivos, então concluiremos:

A substância viva não é apenas, ou não é sempre, uma configuração material construída a partir de átomos que se alteram segundo as leis da física e da química (ou de maneira totalmente genérica: segundo as leis quântico-teóricas). Esse construto só (e sempre também) tem essa propriedade nos experimentos, nos quais investigamos seu comportamento químico-físico. A substância viva, contudo, também poder ser algo diferente em outros casos, por exemplo, uma unidade orgânica: ela obedece como tal às leis biológicas. Só então são possíveis organismos estáveis, os quais também podem manter entre si as ligações características dos organismos. (Heisenberg, 2009, pp. 82, 83).

Assim posta uma compreensão mais clara e atualizada, em termos de conhecimento científico contemporâneo no que diz respeito a realidade e a vida, podemos, então, pensar em termos de desenvolvimento e sustentabilidade numa perspectiva para além das simplificações e dos discursos edificantes, note-se que ainda aqui, nesta longa citação, estamos falando a partir do conhecimento alcançado pelo pensamento de base material, naturalmente, que ultrapassando os reducionismos do passado e adentrando no interior da matéria bariônica, não obstante, eivado das insuficiências que lhe são próprias.

Com efeito, os apelos à adesão ao princípio do desenvolvimento sustentável – “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras” (Schmidheiny, 1992, p. 11), não podem ser guiados por e dirigidos ao sentimentalismo, à emoção e nem, tampouco, assentados numa argumentação pautada no pensamento de base material desde há um século agonizante em sua insuficiência de responder adequadamente às necessidades do conhecimento que ele mesmo propiciou.

Se, como dito acima, a realidade efetiva e a vida não podem ser pensadas com restrição de suas possibilidades de existência nos limites das condições dadas ao aparelho perceptual humano, mas numa compreensão mais profunda e ampla que em muito ultrapassa as condições do planeta em que habitamos. As condições efetivas de um desenvolvimento sustentável têm de ser pensadas à luz do que hoje sabemos das dimensões nano e macrocósmicas, posto que aí reside a possibilidade de apreensão conceitual da realidade efetiva e de nós mesmos – e, só podemos propor desenvolvimento sustentável se tivermos um mínimo de certeza de verdade sobre isso, de outro modo, poderemos mudar o rumo, julgando estar fazendo o melhor e, em verdade, estar mudando tudo para pior.

Considere-se ainda que:

a ascensão da sociedade em rede vem sendo acompanhada pelo declínio da soberania, da autoridade e da legitimidade do Estado nacional. Ao mesmo tempo, as principais religiões não desenvolveram uma ética adequada à era da globalização, e a legitimidade da tradicional família patriarcal está sendo posta em dúvida por profundas redefinições das relações entre os sexos, da família e da sexualidade – as principais instituições da sociedade civil tradicional também estão ruindo. (Capra, 2013, p. 228)

O que amplia a pergunta sobre o sentido e fim do desenvolvimento sustentável, não somente qual a natureza (realidade efetiva) e vida que se quer desenvolver com sustentabilidade, mas, também, para quem e quais seriam os agentes dessa mudança de rumo, suas prioridades e visões-de-mundo?

Ora, se do ponto de vista estritamente econômico o desenvolvimento sustentável estava implicado em questões atinentes à religião e ao mundo político, aberto esse leque de problemáticas o nível de complexidade aumenta e aumenta na mesma proporção a urgência em encontrar soluções que redefinem os rumos da humanidade no sentido de sua

própria preservação e desenvolvimento. Parece-nos que urge, em primeiro lugar, supressão das determinidades do tribalismo (o sentimento de pertença a uma tribo [nação, cultura, civilização] e a ideologia de que as verdades da tribo são absolutas e universais). A humanidade terá de se ver como uma totalidade, um todo com partes que se respeitam reciprocamente e se reconhecem como parte – figura e momento deste todo.

Retomando e dando continuidade ao pensamento da epígrafe:

[...] os genes DNA não passam de moléculas. Se é possível ainda que se fale de essência da vida – e mesmo assim não é certeza -, seria mais correto dizer que ela se encontra nos sistemas dinâmicos que constituem as redes bioquímicas pelas quais os estados funcionais mantêm-se, transformam-se e transmitem-se. (Morin, 2002, p. 168).

Com efeito, do que se trata é de pensar a vida como uma totalidade dinâmica de relações, conexões, interações, um sistema aberto (neguentrópico ou de entropia negativa, dotado de sintropia) de conectivos e conectados em constante movimento de preservação e recriação; compreender assim a vida é apreendê-la no que lhe é próprio – na forma dinâmica de pensamento.

Sabemos que um sistema aberto tende à complexidade, porque capaz de alimentar-se de energia ou informação extraída do seu entorno, e mesmo, quando essa energia ou informação lhe é desconhecida a desordem que lhe causa é, na verdade, a força do negativo que lhe impele ao reordenamento de sua realidade interior e ao movimento de supressão dessas novas determinações que passam a fazer parte de seu novo ordenamento.

Por conseguinte, um retorno puro e simples ao modo ‘natural’ dos antigos meios de agricultura, à eliminação universal dos ‘defensivos’ agrícolas e a produção orgânica das culturas agropecuárias não seriam soluções sustentáveis, não apenas pelo crescimento demográfico dos humanos no planeta, mas também, e principalmente, considerando-se a multiplicidade do que é vivo como sistemas abertos. Por óbvio, não se pode descuidar que o limite da sustentabilidade esteja na capacidade de absorção neguentrópica, isto é, no ponto em que cada sistema vivo suporta a energia ou informação estranha que lhe alcança sem extrapolar sua capacidade de supressão.

Dito de outro modo:

Os sistemas vivos, portanto, respondem autonomamente às perturbações do ambiente. Respondem a elas com mudanças na sua própria estrutura, ou seja, com um rearranjo do padrão de ligações da sua rede estrutural. [...] As mudanças estruturais do sistema constituem atos de cognição. Na medida em que especifica quais as perturbações do ambiente que podem desencadear mudanças, o sistema especifica a extensão do seu domínio cognitivo; ele ‘produz um mundo’, [...] A cognição, portanto, não é a representação de um mundo que existe independentemente e por si, mas antes a contínua produção de um mundo através do processo do viver. As interações do sistema vivo com seu ambiente são interações cognitivas, e o próprio processo do viver é um processo de cognição. [...] o que significa dizer que aprendizado e desenvolvimento não passam de dois lados da mesma moeda. (Capra, 2013, p. 52).

Por outro lado, o desvelamento da realidade cósmica que estamos vivenciando, alterando sobremaneira tudo que até há pouco tínhamos como verdades absolutas acerca do universo, desde a órbita elíptica que o nosso planeta realiza em torno do sol até as múltiplas dimensões, realidades paralelas, linhas do tempo diferentes e simultâneas, a infinitude espacial e a distorção do espaço-tempo pelas forças elementares (eletromagnetismo, gravidade etc.); bem como, a certeza que advém disso tudo de que tudo está conectado no

todo, requer que repensemos a atividade industrial humana e seu lugar nessa nova equação a ser formulada.

Sendo elíptica a órbita do planeta, com certeza há dois pontos de sua trajetória em relação ao sol – o mais distante no qual o planeta experimenta um resfriamento e um mais próximo no qual se dá um reaquecimento. De modo, que a sustentabilidade da vida humana requer uma compatibilidade com esse movimento, suas sutilezas e, também, a sutil, mas não menos importante, interferência dos componentes galácticos do sistema local, lembremo-nos que o planeta se move em torno do sol, que se move dentro da galáxia que se move no espaço e passa por diferentes densidades energéticas e sistemas de forças que se quer imaginamos existir.

Não é sem razão que Heisenberg (2009, p. 15) afirma que:

Na região do pensamento ‘estático’ explica-se de que modo, em geral, a clareza é a meta propriamente dita dessa forma de pensamento; na região da apresentação ‘dinâmica’, interpreta-se. Pois aqui são buscadas ligações infinitamente múltiplas com outras regiões da realidade, as quais podemos interpretar.

Ora, significa dizer que o pensamento de base material que compartimenta a realidade e tenta entender cada objeto, inclusive a vida, de forma hipostasiada (separada e fixada) não alcança a verdade que pretende, pois, sua insuficiência em apreender o todo na dinâmica de suas partes (momentos que não são meros pedaços) lhe impede de ‘manejar’ os instrumentos conceituais necessários à compreensão da realidade efetiva. O que implica dizer, também, que não serve de base ou de *modus operandi* do pensamento para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável adequado à realidade que conhecemos.

Se considerarmos que:

O padrão em rede (*network pattern*), especificamente, é um dos padrões de organização mais básicos de todos os sistemas vivos. Em todos os níveis de vida – desde as redes metabólicas das células até as teias alimentares dos ecossistemas -, os componentes e os processos dos sistemas vivos se interligam em forma de rede. A aplicação da compreensão sistêmica da vida ao domínio social, portanto, identifica-se à aplicação do nosso conhecimento dos padrões e princípios básicos de organização da vida – e, em específico, da nossa compreensão das redes vivas – à realidade social. (Capra, 2013, p. 93).

Heisenberg por sua vez nos diz que: “A mais célebre concepção sistemática dessa apresentação dinâmica da realidade é a dialética hegeliana.” (Heisenberg, 2009, p. 15). Assim, chegamos novamente na terra fértil que desde há algum tempo exploramos. E de que modo tal dialética pode nos ajudar a compreender a realidade efetiva do inorgânico (sistemas fechados) e dos sistemas vivos?

Hegel é o filósofo no qual o pensamento pensado, ou seja, o instituído, o estabelecido, dá lugar ao pensamento pensante – o pensamento capaz de apreender a realidade efetiva no seu movimento próprio, nas contradições ínsitas que estão presentes em tudo o que existe. Por isso, a dialética hegeliana rejeita a linearidade e o entendimento sucessivo, tem como sua categoria axial a simultaneidade; é do próprio Hegel (1992, p. 22) o exemplo elucidativo:

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas

momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. É essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo.

Eis a dialética hegeliana, nela o que permanece é a mudança, as contradições são suprassumidas (negadas, conservadas e elevadas), a flor nega o botão como realidade última da planta, mas, simultaneamente, conserva o botão, pois tudo que nela há estava presente no botão que vive agora nela e a flor é ela mesma a elevação do botão à sua plenitude. Tudo o que existe vive perenemente esse movimento de suprassunção, inclusive nós – somos hoje a suprassunção do que fomos ontem. A maturidade representa a conservação em nós da impulsividade da infância, dos arroubos da juventude, da totalidade das experiências vivenciadas, mas elevando-nos à medida que não mais permitimos que sejam determinantes de nossas ações no presente.

Suprassumir o pensamento pensado no pensamento pensante implica ainda muito mais, implica em mudar a base ou fundamento do nosso pensar, Hegel nos propõe uma metafísica de base relacional a partir da complexidade crescente do sujeito, para ele *a substância é essencialmente sujeito* (Hegel, 1991, p. 28), o sujeito enquanto se manifesta na consciência-de-si, no Eu, *é o conteúdo da relação, o relacionar-se e o relacionar-se consigo mesmo* (Ich ist der Inhalt der Beziehung und das Beziehen selbst, ainda não há a tradução que apresento aqui nas versões em português, mas acredito que essa expressão atende melhor a semântica do texto hegeliano. *Idem* pp. 137, 138).

Com efeito, compreender que a natureza íntima da realidade efetiva é constituída de relações e relações de relações e que nós como sujeitos somos um relacionar-se cujo fio condutor de nossa identidade está na rememoração dos conteúdos das relações existenciais que experienciamos, é de fundamental importância para pensarmos a possibilidade efetiva do desenvolvimento sustentável que, por isso mesmo, não será meramente a inversão das nossas atitudes predadoras/destruidoras do presente, mas o avesso de uma compreensão estática da realidade humana e a busca de contribuirmos para a evolução através de nossas ações em respeito ao equilíbrio fluente próprio de tudo o que existe.

Com efeito, logo no início do *Prefácio*, da *Fenomenologia do Espírito*, mais precisamente já no 2º parágrafo, há pouco citado, Hegel explica de forma clara e concisa a sua compreensão do movimento dialético, aquela elucidação é definitiva e com ela Hegel parece indicar que esse é o parâmetro no âmbito do qual se desenvolverá todo o seu pensamento, a palavra mágica - Suprassumir (aufheben) - define o movimento interno da obra, a cada momento, na sucessão dos capítulos e em cada capítulo, algo é negado, conservado e elevado e o pensamento mesmo de Hegel se suprassume. Sabemos, desde então, que a vida do Espírito é a vida que se suprassume infinita e eternamente. Assim, a perfeição divina não consiste em seu acabamento, sua completude, mas na plenitude de sua substância que é a Liberdade.

O Sistema de Hegel é a apresentação do Absoluto, tem o Absoluto como seu objeto e, simultaneamente, o seu sujeito, sua substância. E seria faltar com a coerência se houvesse algo fora do Absoluto, por isso “a vida de Deus e o conhecimento divino bem que podem exprimir-se como um jogo de amor consigo mesmo,” (Hegel, 1992, §19, p. 35). Nós, espíritos finitos, não apenas fazemos parte desse jogo, mas somos seus protagonistas, somos o efetivo por meio do qual o Absoluto se mediatiza, se manifesta, se sabe e se diz de si mesmo. E no exercício da liberdade, somos imagem e semelhança. Nesse sentido o Conceito, como a expressão mais plena do dizer que o absoluto faz de si mesmo, tem de ser omniabarcante, a verdade do verdadeiro que é o todo. Por isso a Fenomenologia do Espírito é dele um momento necessário, desde que aqui se compreenda a necessidade como algo que somente se revela *a posteriori*, a Fenomenologia como a escada a que o indivíduo tem direito para elevar-se da ignorância ao saber absoluto, antecede a ciência, mas já é ela mesma ciência e se

desdobra na Lógica, na Filosofia da Natureza e na Filosofia do Espírito, momentos do Conhecer que é Ser em sua efetividade.

A advertência hegeliana de que o saber absoluto é condição *sine qua non* para fazer ciência tem sido, com frequência, negligenciada; aos leitores da Fenomenologia cabe, portanto, advertir que esse livro não foi escrito para ser simplesmente lido, mas para ser reescrito em cada leitura, ser experimentado, vivenciado, tornado parte do espírito do leitor na revelação final em que o leitor se desvela para si mesmo como o espírito que se sabe como espírito.

Nada mais fácil de entender o que é *ser espírito que se sabe como espírito*, e, paradoxalmente, nada mais difícil do que se perceber, de se apreender assim, sobretudo, após o século 20 e o domínio hegemônico que nele exerceu o positivismo, o formalismo e uma metafísica de base material, que não obstante ter sido ultrapassada pelo saber mesmo que produziu e também, paradoxalmente, ter destronado a substancialidade da matéria, segue sendo, na medida mesma em que serve às forças hegemônicas dominantes, o pensamento oficial de nosso tempo, que no jogo de forças da sociedade civil põe-se a si mesmo como pensamento único, em termos de validade e interpretação de nossa realidade.

Com efeito, como já disse em outra ocasião, a voz de Hegel - silenciada e/ou deturpada pelo estigma de obscuridade - permanece sendo *divergente* e os que ousam reivindicar que essa voz seja ouvida são os *insurgentes*, porque opõem o sistema hegeliano ao sistema de crenças, que agora tem na ideologia do politicamente correto seu melhor aliado.

E se saber a si mesmo como espírito é a condição, como isso é possível num contexto em que se estuda o cérebro para explicar a mente como seu subproduto ou, o que é o mesmo, num mundo que esquecendo Descartes toma a coisa extensa como causa da coisa que pensa? O sistema de crenças vigente faz com que as pessoas acreditem que têm alma como um bem ou produto que se possui, faz com que elas esqueçam ou não saibam que “o espírito se diferencia da alma - que é, por assim dizer, o termo mediador entre a corporalidade e o espírito, ou o vínculo entre os dois. O espírito, enquanto alma, está imerso na corporalidade, e a alma é o princípio vital do corpo.” (Hegel, 1995, §34, p. 96) A alma, portanto, é parte efetiva do que somos.

Em consequência, urge fazer a correção da suposta inversão hegeliana, pois não é o fenômeno que produz a consciência e muito menos a consciência que produz o fenômeno, mas a consciência é a relação que se estabelece no ato de produção do conhecimento do fenômeno, seja ele interno ou externo à Consciência-de-si, perdoem-me, mas insisto em usar esta forma hifenada em vez de autoconsciência como quer a ideologia do politicamente correto, pois entendo que ‘auto’ pode induzir à compreensão de um movimento ensimesmado que implicaria um retorno ao solipsismo, justamente suprasumido por Hegel. Isso posto, delinea-se a razão pela qual a Fenomenologia compreende-se como o primeiro momento necessário para a construção da nova base da Metafísica. Já ressaltai em texto anterior e aqui volto a insistir que a ironia grosseira, superficial e carente de conhecimento se compraz em repetir jocosamente que Hegel pensou o que Deus pensou antes de pensar, na verdade, um pouco de conhecimento basta para dissipar o suposto motivo de riso implícito nesta frase. Novamente, a virtude da coerência fez Hegel enunciar, entre outras assertivas: *o que é racional é efetivo e o que é efetivo é racional*, (literalmente: “O que é racional, isto é efetivo; e o que é efetivo, isto é racional.” Hegel, 2010, Prefácio, p. 41.).

Ora, significa dizer que não há realidade efetiva que não possa ser apreendida pela razão, com isso nem se legitima o *status quo*, tampouco se estabelece parâmetros de bem e mal, apenas se esclarece que tudo o que é racional somente o é porque pode ser objeto do logos, da razão e ser posto no discurso filosófico, na fala que deve se guardar de ser edificante para ser plena de sentido.

Assim, precisamente para não pensar abstratamente, Hegel não se permitiu admitir em seu sistema nenhum pressuposto, nenhuma verdade que não pudesse ser demonstrada racionalmente, nenhuma evidência apodíctica que dispensasse sua demonstração racional. Por conseguinte, na *Fenomenologia* onde apresenta uma teoria do conhecimento em seu desenvolvimento imanente, começa na *Certeza sensível*, no momento mesmo em que a consciência-de-si carente de todo saber acredita ter o mais rico saber por nada abstrair do objeto de seu saber e, ao descobrir a miséria desse saber, instigada pelo filósofo que a provoca, inicia o movimento que resulta na consecução do saber absoluto, no jogo das mediações, perpassado por figuras e momentos, que no exercício da liberdade das experiências vivenciais eleva a si mesma ao saber de si mesma como espírito, ponto de partida para a efetividade do conhecer que é ser.

Nas palavras do próprio Hegel (1995, §25, p. 87):

Na minha *Fenomenologia do Espírito* – que, por isso, quando se publicou foi designada como a primeira parte do Sistema da Ciência – tomou-se o caminho de começar pela primeira [e] mais simples manifestação do espírito, *pela consciência imediata*, e de desenvolver sua dialética até ao ponto de vista da ciência filosófica, cuja necessidade [Notw.] é mostrada através dessa progressão.

Com efeito, suprassumido o momento inicial do saber no espírito que se sabe como espírito, se está apto a fazer Ciência, a trilhar o caminho que conduz do saber absoluto ao conhecer absoluto, aqui novamente nada se pode pressupor, o começo é também o imediato – o ser carente de toda determinação,

[...] o ser é o primeiro pensamento puro, e seja o que for por onde aliás o começo se faça (pelo Eu=Eu, pela indiferença absoluta, ou pelo próprio Deus) essa outra-coisa antes de tudo é só algo representado, e não pensado; e que ela, segundo seu conteúdo-de-pensamento, é só justamente o ser. [...] Ora, esse puro ser é pura abstração, e, portanto, o absolutamente-negativo que, tomado de modo igualmente imediato, é o nada. (Hegel, 1995, §§86 e 87, p. 178)

Assim, se na *Fenomenologia* se começa pela imediatez da consciência-de-si, no começo da ciência a imediatez é o ser que é o nada, cuja diferença entre um e outro reside tão somente na intencionalidade do sujeito cognoscente. A pergunta que se fez, um pouco mais de um século depois de Hegel – por que o ser e não o nada? Revela-se assim inessencial ou revela um desconhecimento do texto hegeliano, que é algo pouco provável.

De todo modo:

O que importa é, justamente, a consciência sobre esses começos, a saber, que não são outra coisa que essas abstrações vazias, e que cada um dos dois [ser e nada] é tão vazio quanto o outro. O impulso para encontrar no ser, ou nos dois, uma significação firme é essa necessidade mesma que leva adiante o ser e o nada, e lhes dá uma significação verdadeira, isto é, concreta. [...] A reflexão, que encontra para eles determinações mais profundas, é o pensar lógico, por meio do qual tais determinações se produzem, não de modo contingente, mas de modo necessário. Cada significação subsequente, que recebem, deve, portanto, ser vista como uma determinação mais precisa e uma definição mais verdadeira do absoluto. (Hegel, 1995, §87, p. 179)

Com efeito, contrariando o estigma de obscuro, Hegel é bem simples na apresentação inicial de sua *Metafísica*: “o nada, enquanto esse nada imediato, igual a si mesmo, é também, inversamente, o *mesmo* que o *ser*. A verdade do ser, assim como do nada,

é, portanto, a *unidade* dos dois: essa unidade é o *vir-a-ser*.” (Hegel, 1995, §88, p. 180).

Assim, a primeira manifestação do ser ou sua fenomenização entitativa ou constitutiva de todo ente, ela mesma ainda um não-ente no sentido da tradição, é o *vir-a-ser*. O *vir-a-ser* é o ser e o nada como relação, e por isso nele se determina a essência de todo ente – ser relação. Tudo o que é, tudo o que existe é relação, essa é a base que se oferece como fundamento de uma nova Metafísica. Eis porque a substância é essencialmente sujeito e esse sujeito se torna efetivo como consciência-de-si que no final do processo em que culmina seu devir é espírito, cuja manifestação mais simples se diz Eu, cuja apreensão mais adequada assevera, como já assinalado que o *Eu é o conteúdo da relação, o relacionar-se e o relacionar-se a si mesmo*.

Com efeito, “o ser no *vir-a-ser*, enquanto um com o nada, e assim o nada, enquanto um com o ser, são apenas evanescentes: o *vir-a-ser*, por sua contradição dentro de si mesmo, colapsa na unidade em que os dois são suprassumidos; seu *resultado* é, pois, o *ser-aí*”. (Hegel, 1995, §89, p. 185) O *ser-aí* é a suprassunção do *vir-a-ser* enquanto relação do ser e do nada, que como o *algo*, o ser determinado, é a contradição de ter a sua negação em si mesmo, a negação como *arké* da finitude traz a diferença para o interior, negando a diferença entre ser e ente como mera exterioridade, essa ingenuidade nada ingênua que nega a absolutidade do Divino e reduz Deus a um finito superlativo.

Com efeito, a consumação da Metafísica hegeliana, nesse ponto, ainda se encontra longe de alcançar sua plena efetivação, mas doravante o processo se adensa em determinações, o *ser-aí* enquanto a verdade do *vir-a-ser* há de se aprofundar, diz-nos Hegel (Id., §§88,89, pp. 184, 185):

Um tal aprofundamento do *vir-a-ser* em si mesmo nós temos, por exemplo, na *vida*. A vida é um *vir-a-ser*, mas seu conceito não se esgota nisso. Em uma forma mais alta, encontramos ainda o *vir-a-ser* no *espírito*. Esse é também um *vir-a-ser*, mas um *vir-a-ser* mais intenso, mais rico que o *vir-a-ser* simplesmente lógico. Os momentos, de que o espírito é unidade, não são os meros abstratos do ser e do nada, mas o sistema da ideia lógica e da natureza.

Até aqui, indiquei o esforço necessário para se apreender a Metafísica hegeliana, e no momento não pretendo ir mais longe, quero passar ao que foi velado no título e implícito no que expus, mas não sem antes citar mais uma vez o ‘nosso filósofo’ (expressão carinhosa usada pelo meu inesquecível mestre Paulo Meneses para se referir a Hegel):

O conhecer, já contido na ideia lógica simples, é apenas o conceito, por nós pensado, do conhecer; não o conhecer para si mesmo, nem o espírito efetivo, mas simplesmente sua possibilidade. O espírito efetivo, que é nosso objeto somente na ciência do espírito, tem a natureza exterior por sua pressuposição mais próxima, como tem a ideia lógica por sua pressuposição primeira. Por isso, como seu resultado último, a filosofia da natureza – e a lógica, imediatamente – deve ter a prova da necessidade do conceito do espírito. [...] Essa verdade da necessidade é, por conseguinte, a liberdade; e a verdade da substância é o conceito. (Hegel, 1995, III – A Filosofia do Espírito, p. 15, §381 Adendo, e 1995, I – A Ciência da Lógica, p. 287, §158)

O que pretendia com esse revisitar Hegel? Na verdade, a intenção era e é indicar minimamente a possibilidade de uma metafísica de base não-material, em linguagem hegeliana de base espiritual, em termos atuais, segundo minha compreensão, de base relacional. E, a partir daí apresentar, resumidamente, a Metafísica de base relacional e suas exigências Éticas, como imprescindível para uma atitude disruptiva com a hegemonia metafísica tradicional, pensamento base de todas as hegemonias do presente.

O pensamento ancorado na metafísica de base material quando se propôs a refletir sobre a condição humana no pós segunda guerra mundial, tentava compreender o humano a partir da premissa de que por efeito das catástrofes do início do século 20 o ser humano se encontrava descentrado e fragmentado, daí o que importava era trazê-lo de volta ao centro de si mesmo (isso porque ainda permanecia ou permanece a ideia de sermos o ápice da evolução e, por isso mesmo centro do universo) e reconstituí-lo em seus fragmentos, emendando suas partes. Isso combinado com um uso desmedido e inadequado do princípio metodológico de raiz cartesiana (que pena de Descartes!), segundo o qual para se resolver um problema se deve reduzi-lo às suas partes mais simples, se empreendeu um especialismo que buscava compreender cada um desses fragmentos e como na montagem de um quebra-cabeça encontrar onde cada um se encaixa no outro para recompor o todo.

Essa perspectiva ignorava até mesmo as contribuições essenciais da ciência, que vieram à tona através da Física (atômica, quântica), da química leve, da astrofísica (que ampliou o nosso universo para além da via Láctea) e da novíssima Cibernética que nos ensina que pensar em termos de Sistema implica na compreensão elementar de que há sistemas abertos (neguentrópicos) e sistemas fechados (entrópicos).

Enfim, todo o conhecimento produzido desde então foi sistematicamente ignorado pelos pretensos filósofos coetâneos à sua produção, ocupados em ‘decifrar’ as minúcias dos textos filosóficos legados pelos grandes filósofos, esqueceram de que a filosofia somente é possível no diálogo com os demais saberes e com a realidade efetiva.

Outrossim, tais pretensos filósofos por se encontrarem dentro da floresta perderam-se entre as árvores e não viram a floresta, tomaram a metafísica da tradição herdeira de Tales como a única metafísica possível ou, como aparece nos compêndios, como a Metafísica e percebendo a sua insuficiência em apreender a realidade desvelada diante deles pelos novos saberes científicos, denunciaram o fim da metafísica. Urge salvar a Filosofia desses ‘filósofos’!

Apoiando-me em outra base, numa metafísica de base relacional, é mister repensar o mundo, o universo e a nós mesmos; do mundo sabemos que não é redutível à fisicalidade, pois é uma totalidade dinâmica de significados; do universo sabemos da sua infinitude, da indissociabilidade de suas figuras e momentos, do entrelaçamento quântico das suas igualmente infinitas dimensões, das ondas gravitacionais, dos neutrinos, da ‘matéria translúcida’ que outrora chamamos de matéria escura, das galáxias que estão a 14,2 bilhões de anos-luz de nós (segundo as novas descobertas do telescópio James Webb) no limite do que chamamos visível, dos quarks, do jogo das forças e tudo mais que o constitui; e, de nós o que sabemos?

Vale a advertência de que referenciando-nos na metafísica de base material construímos um saber *quase* totalmente equivocado do que somos, de quem somos, agora sabemos que o que fizemos foi tentar apreender a realidade humana a partir de uma base conceitual inadequada, numa metáfora: queríamos entender essa complexidade crescente com uma redução da Razão ao Entendimento, usar instrumentos conceituais e categorias tão impróprios quanto o é um martelo para consertar um smartfone ou uma foice para ceifar um neutrino.

A Substância é sujeito! O sujeito se manifesta na realidade efetiva como consciência-de-si, como eu, *o Eu é o conteúdo da relação, o relacionar-se e o relacionar-se consigo mesmo* e nisso apenas repito e concordo inteiramente com Hegel. Tudo é relação e relação de relação, não há coisas que se relacionam, mas totalidades dinâmicas de relacionamentos conectivos e conectados (entrelaçamento quântico) no interior do Todo, desse jogo de Amor consigo mesmo. *O Todo se realiza em suas partes* ou o que é o mesmo em suas figuras e momentos.

Como pensar o humano nesse contexto, considerando que para pensar uma Ética

temos de perguntar para quem? Eis o imenso desafio que proponho, sabendo desde já que somente pode ser respondido: a) se não hipostasiarmos os saberes em separatividades e, b) se aceitarmos que isso não é uma quimera, uma impossibilidade absoluta frente às forças econômicas, às crenças limitantes das religiões e aos paradigmas políticos dominantes, mas um sonho que se pode compartilhar e que por isso pode ser começo de uma nova realidade

E já nos encontramos em situação similar à que viveu Descartes, como ele, temos de continuar convivendo enquanto construímos esse novo saber, por conseguinte, precisamos de uma Ética provisória, no entanto, não podemos estatuir princípios *a priori*. Daí a necessidade de pensar uma Ética no sentido de **ethos** e **etos**<sup>1</sup>, e não em termos de imperativo, de normatividade ou de princípios de imediata validade universal.

Se todos os entes são totalidades dinâmicas de relações, o que nos diferencia, então? Nossa peculiaridade, assim penso, reside em que nossa singularidade é, também e precipuamente, um relacionar-se consigo mesmo a partir do relacionar-se com todo outro, o que implica dizer, um retornar a si mesmo a partir de um extrusar-se na relação com o outro, sobremodo, quando esse outro é outro de si mesmo.

Esse eterno retorno a si mesmo é o que caracteriza a consciência-de-si, não confundir com consciência crítica, esta é uma relação de equilíbrio entre estar imerso e emerso na totalidade de relações que constituem a realidade na qual cada um está experienciando, pois essa confusão poder até mesmo ser o que levou Kierkegaard a renunciar ao sistema hegeliano.

Com efeito, o próprio de uma totalidade dinâmica de relações é a evanescência, de modo que as ‘cobranças’ do passado ou, infelizmente, ainda presentes de que cada indivíduo humano para agir eticamente teria de ter caráter firme, personalidade inquebrantável, virtudes imutáveis, fixidez obstinada em suas metas e propósitos – e hoje sabemos que boa parte disso advém de um uso exacerbado dos princípios da lógica aristotélica -, tais exigências teriam de ser abandonadas ou invertidas/revertidas em favor de uma personalidade dinâmica, fluida e mutante, mas ao mesmo tempo comprometida consigo mesma no outro e responsável por si mesma no exercício de sua substância = Liberdade, consciente de que sua liberdade somente se torna efetiva quando encontra a liberdade do outro. Isso mesmo, pois quando na base material dizíamos que a ‘liberdade de um acaba quando começa a do outro’ estávamos expressando algo como uma propriedade de terra que acaba quando começa a do vizinho.

É um pensar relacional implícito que faz Hegel nos ensinar, em suas Lições de Filosofia da História, que a liberdade de um é mera abstração vazia, por isso a marcha de realização da ideia de liberdade na epopeia humana na Terra começa, verdadeiramente, nos rudimentos de democracia da Grécia antiga, quando alguns são livres. Ora, já dá para perceber quanto esforço será necessário para substituir formas de pensar, atitudes, comportamentos e diretrizes existenciais na perspectiva de uma metafísica de base relacional.

‘Conhece-te a ti mesmo’, o famoso édito do templo de Delfos, encontrava como primeiro obstáculo para a sua realização, de acordo com Lewis Mumford: “o amor-próprio, um orgulho protetor que não só serve para manter o respeito pessoal como para cobrir brandamente todas as nossas fraquezas.” (Mumford, 1959, p. 307), uma subjetividade extremada em egoísmo e outros ismos. Conforme compreendo, esse seria o segundo obstáculo, pois o primeiro seria pensar a si mesmo a partir da concepção de uma metafísica de base material e tudo o que isso implica, em termos de desvio de uma adequada apreensão da condição humana.

<sup>1</sup> *ethos* escrita com teta e *etos* escrita com eta, de uma vem o sentido de morada, abrigo protetor, da outra o significado de hábito, repetição dos mesmos hábitos, costume. (Cf. Lima Vaz, 1999, p. 13 – literalmente: “ethos (com eta inicial) designa o conjunto de costumes normativos da vida de um grupo social, ao passo que ethos (com épsilon) refere-se à constância do comportamento do indivíduo cuja vida é regida pelo ethos-costume”).

A introspecção que o ‘conhece-te a ti mesmo’ evoca na perspectiva da Metafísica de base relacional não é mais um fechar os olhos para ‘ver’ o próprio interior, mas um compreender que na medida em que somos cada um a série de seus atos e a conexão entre esses atos mediados pelo seu ser-com-outro, ou seja, seu ato só é compreendido quando fenomenizado no contexto das suas relações constitutivas; equivale dizer, conhecer a si mesmo não é mais a formação mental de uma imagem auto idealizada, mas, a apreensão viva das suas relações existenciais, e seu interior, conquanto, é somente o exterior interiorizado mediado por suas determinações originárias, pode melhor ser conhecido por seu agir-no-mundo e o fluxo contínuo que seu ser-fenômeno plasma no outro (mundo e pessoas).

Sabe-se que para Hegel o maior erro do Iluminismo foi, no que diz respeito ao conhecimento, ‘jogar o bebê fora junto com a água do banho’, isto é, jogar no lixo o saber produzido na história humana pela dimensão de profundidade do humano – pelo saber que se expressa no domínio da representação, seja na arte e/ou na religiosidade ou espiritualidade. Mas, de tal maneira se acentuou a posição do Iluminismo que na Academia atualmente a simples menção da palavra espírito já provoca os mais estranhos arrepios.

Creio, no entanto, que é chegado o momento de corrigir esse erro do Iluminismo que contaminou todo o saber produzido a partir do que chamamos de tempos modernos ou Modernidade. Resgatar o conhecimento do humano em sua integralidade e numa base mais adequada, pois não somos apenas a materialidade aparente, mas verdadeiramente espíritos que vivenciam uma experiência humana, como bem nos assevera Hegel na Fenomenologia sobre a finitude do espírito, cada um de nós é a expressão da “variedade terrena do seu ser-á e de seu pensamento” (Hegel, 1992, §9, p. 30).

Com efeito, para Hegel o cristianismo era a religião dos tempos modernos e até onde pude perceber essa posição se deve ao fato do cristianismo ter sido a primeira manifestação de religiosidade a representar (lembramos que o conhecimento nesse âmbito se apresenta na forma de representação, isto é, parábolas, metáforas etc.) o indivíduo humano como pessoa, compreensão que só em Kant começa a ser traduzida em conceito (“... *os seres racionais se chamam pessoas, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos*” – Kant, 1988, p. 68) quase dezoito séculos depois da sua anunciação.

Não desconheço que o sistema de crenças vigente e nele a crença axial no materialismo que grassa, sobre maneira, entre os ‘Phdeuses’ do saber ‘científico’, dominante na academia ou usando uma expressão de Marx, na comunidade dos ‘epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres’<sup>2</sup>; beneficia e muito aos que exercem a hegemonia no jogo de forças das relações econômicas de efeito político na realidade contemporânea, o que cria uma blindagem que tanto preserva esse materialismo como impede qualquer tentativa de um pensar diferente, malgrado se falar tanto em respeito à diferença.

Contudo, sigo acreditando que a Filosofia é, também e principalmente, um ato de ousadia e por isso, ousou; reivindico um lugar para a dimensão de profundidade humana no âmbito do conhecer filosófico, e o faço sem pieguismo, sem preconceito, sem rotulação e sem dogmatismo, peço que não se confunda essa minha posição com algum tipo de ecletismo ou com a pretensa imparcialidade do positivismo.

Creio que será um bom ponto de inflexão retomar Descartes, que usando o princípio metafísico de que a causa deve ter tanta ou mais realidade substancial do que o efeito, em suas palavras: “... o que é mais perfeito, isto é, o que contém em si mais realidade, não pode ser uma decorrência e uma dependência do menos perfeito.” E, “que uma

---

<sup>2</sup> Em seu Prefácio à 2ª edição de O Capital, Marx escreveu: “No entanto, precisamente na altura em que preparava o primeiro volume de O Capital os epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres que então dominavam na Alemanha culta, compraziam-se em tratar Hegel tal como, no tempo de Lessing o bravo Moses Mendelssohn tratava Espinosa: como um cão morto.” Cf. citado in Bedeschi, 1989.

substância, para ser conservada em todos os momentos de sua duração, precisa do mesmo poder e da mesma ação, que seria necessário para produzi-la e criá-la de novo, caso não existisse.” (Descartes, 1994, pp. 144, 154).

Ao que acrescento o que disse ainda o mesmo Descartes (1994, p. 156):

No que se refere aos meus pais, aos quais parece que devo meu nascimento, ainda que seja verdadeiro tudo quanto jamais pude acreditar a seu respeito, daí não decorre, todavia que sejam eles que me conservam nem que me tenham feito e produzido enquanto coisa pensante, pois apenas puseram algumas disposições nessa matéria, na qual julgo que eu, isto é, meu espírito – a única coisa que considero atualmente como eu próprio – se acha encerrado.

Eis a grandiosidade da ousadia do filho intelectual dos Jesuítas do Colégio de La Flèche, afirmar argumentativamente que somos espíritos criados pelo Espírito Perfeito – Deus, a participação dos pais se resume a fornecer algumas disposições nessa matéria (DNA) a partir das quais o indivíduo humano pode se manifestar como espírito.

E, ao adicionarmos a suprassunção do **cogito** cartesiano no **cogitamus** hegeliano, isto é, quando saímos do solipsismo do *Eu penso* para a apreensão do *Eu como um nós que é um Eu*, na totalidade dinâmica de um relacionar que toma para a construção de sua identidade o conteúdo gerado e vivenciado em cada relacionar-se com o outro e consigo mesmo; vislumbramos os instrumentos conceituais que nos permitem o ‘conhece-te a ti mesmo’ dadas as exigências do saber atual.

Neste ponto em que se adentra um pouco nessa compreensão do ente humano, o amor-próprio aludido por Mumford, com a força do hábito de pensar materialmente, nos remete à ‘zona de conforto’; pois não queremos esse eu, queremos permanecer naquele eu *a priori* e imutável, não queremos o esforço um tanto hercúleo de nos elevarmos a cada instante dessa eternidade que vivemos até o saber absoluto e começar de novo e renascer sempre em alguma das muitas moradas do Pai. Eu epifenomênico, evanescente, um sistema vivo sempre tendente à complexidade, paradoxalmente *condenado à liberdade* de se recriar sempre num horizonte de possibilidades infinitas.

Que belo desafio somos para nós mesmos!

O Cristianismo novamente nos socorre, não joguemos fora o saber que nos foi legado antes do iluminismo, ainda que em forma de representação, eis a boa nova cristã: Deus é Amor! O Amor não é um sentimento vazio, vago, fantasioso e sim é a mais radical relação, que como o nexo primordial liga todas as partes (totalidades dinâmicas de relações) na constituição do Todo, do Absoluto, do Espírito Infinito cuja Substância é a Liberdade, do qual nos diz a revelação cristã que somos feitos à imagem e semelhança.

Em nós essa liberdade se traduz na inquietude que somos por não compreendermos que a necessidade e o desejo de ser si mesmo que nos move a cada um na existência, longe de ser fonte de desespero, é a nossa dignidade diferencial. É o fardo leve que devemos carregar com a alegria de sermos cada um responsável por si mesmo de forma inalienável; resguardados no Amor realizamos nossa essência de ser somente no mútuo reconhecimento construído nas relações existenciais, através das quais efetivamos nosso processo de evolução e realizamos na História a ideia de Liberdade.

Na tradição metafísica de base material está posto que a essência de uma coisa é constituída pelas propriedades imutáveis da mesma, que caracterizam sua natureza, enquanto, na proposta de metafísica de base relacional que apresento a essência de uma coisa é constituída pelas determinidades que no fluxo das metamorfoses se manifestam na resiliência de uma coisa.

Por não sermos meramente uma coisa não temos essência *a priori* definida e

definidora de nossa existência e de nosso destino, nossa essência é um construto que compartilhamos nas relações com o outro e conosco mesmo, considerando que a nossa única determinidade é a liberdade, que no fluxo e influxo da série de atos conectivos e conectados que nos constituem alimenta a nossa resiliência; assim, a metáfora da morada/abrigo protetor que se encontra numa das raízes da Ética vem a ser imprescindível para o nosso existir.

Com efeito, se o meio ambiente – o entorno imediato – é para nós apenas uma espécie de insumo para a construção do nosso mundo, como totalidade dinâmica de significados, precisamos compreender que a nossa relação com esse meio não pode ser predadora/destruidora, antes devemos ressignificá-lo como **morada/abrigo protetor** ou dito mais precisamente como **lar**; de modo que a sua preservação por nós implica não apenas a sua proteção, mas o cuidado de permitir/contribuir para que tudo que nele há possa alcançar a plenitude de seu desenvolvimento, operando assim a suprassunção dessa totalidade; e, na vivência desse mútuo pertencimento que nos faz um com o Todo, também nos elevamos espiritualmente, desenvolver as infinitas possibilidades que se abrem diante de nós e em nós - eis a excelência da conexão excelsa que é Amor.

Por conseguinte, a outra raiz etimológica de ética como **hábito e costume** é igualmente coessencial à nossa existência, não fosse pela automação de certos atos e atitudes presentes na nossa manutenção, ou seja, na provisão das condições e situações necessárias ao existir humano e cuja automação adquirimos por força do hábito e sua repetição, não poderíamos mudar a direção do olhar no sentido de nossa elevação espiritual, não poderíamos inventar e reinventar significados para a ampliação de nosso mundo, não poderíamos diversificar no uso da técnica/tecnologia os meios de produção da existência, enfim, não poderíamos aprofundar e expandir o conhecimento do universo em suas múltiplas dimensões e de nós mesmos – entes de complexidade crescente.

Há de se ressaltar que essa complementariedade necessária entre **ethos** e **etos** torna evidente a impossibilidade de separação entre ética e vida, ou melhor, entre ética e vivo (todo e qualquer sistema vivo), pois vida como diria Hegel é uma abstração ou uma qualidade do que é vivo; no sentido em que estou expondo é a ética que sustém para nós a vida, o que faz com que o termo bioética seja apenas um pleonasma nascido da carência de conhecimento e de reflexão, que se tornou ‘modismo’ graças a ação dos meios de comunicação social e dos interesses que estão em seu plano de fundo (dar ares de cientificismo/especialista às pesquisas em busca de financiamento etc.).

Aqui também vale explicitar que são coisas diferentes: a) que não se possa ter uma Ética universal sem as mediações necessárias à sua implementação e, b) que haja valores universais que não necessitam de mediações, como é o caso da vida, aliás, a vida está além do bem e do mal, é de valor infinito e intrinsecamente universal, daí deve ser defendida em todas as suas manifestações e a vida do espírito tem valor absoluto.

Assim, por exemplo, a Liberdade é da essência da condição humana, por isso não é um valor, por essa razão aquele que abdica de sua liberdade para preservar a vida fica reduzido à coisidade. Repito e acrescento: a ética sustém a vida do espírito e propicia, através da biunívoca relação entre disciplina (com todos os matizes que essa palavra implica: responsabilidade, equilíbrio...) e amor (o nexos originário do universo e do humano), a realização da ideia de liberdade na história.

Por conseguinte, pode-se dizer com veemência, que o agir ético não é uma escolha ou uma imposição normativa que devemos aceitar como parte da tolerância para a convivência social e ecossistêmica, na perspectiva da metafísica de base relacional, trata-se de uma exigência ontológica-existencial *sine qua non* para que o espírito, que somos nós, torne factível a sua existência e alcance a verdade da certeza de si mesmo no ‘conhece-te a ti mesmo’, apreenda e realize um conhecer que é ser.

Com efeito, seria pensar abstratamente não cumprir o esforço de pensar tudo o que dissemos no âmbito do Estado, na vivência em sociedade, no aqui e agora da História, pois nem a *bela totalidade ética* é reproduzível nem nos basta fantasiar utopias de *paz perpétua* seja no interior dos Estados e/ou nas relações entre eles. Aprendemos com Hegel que a Filosofia deve ater-se ao que é, sendo o que é a realidade efetiva. O apelo é no sentido de que possamos pensar fora da “caixa da metafísica de base material” para apreender a nossa realidade efetiva tal qual ela se manifesta para nós.

Para o nosso filósofo:

O Estado é a efetividade da ideia ética, - o espírito ético como vontade substancial *manifesta*, nítida a si mesma, que se pensa e se sabe e realiza o que sabe e na medida em que sabe. No *costume*, ele [o Estado] tem sua existência imediata e, na *consciência-de-si* do singular, no saber e na atividade deste, a sua existência mediata, assim como este, mediante a disposição de espírito nele [no Estado], tem como sua essência, seu fim e produto de sua atividade, sua *liberdade substancial*. (Hegel, 1993, §257, p. 398, tradução do autor).

Uma leitura atenta permite perceber que nessa formulação de Hegel tudo está posto em termos de relação, de relacionar-se; o Estado corresponde ao seu conceito e se legitima na medida em que as mediações dos cidadãos (nas relações entre as consciências-de-si singulares) no jogo de forças que constitui a sociedade civil se presentifica a vontade substancial como espírito objetivo no direito, na Constituição e, assim, permite ao singular o reconhecer-se a si mesmo na lei, de modo que o Estado já não é o opressor – o ‘leviatã’ a ser eliminado - ou o ‘gabinete de negócios’ de uma classe social ou grupo de poder, mas o locus privilegiado da realização da ideia de liberdade na história, ideia que enquanto situada e datada vive no torvelinho do movimento do devir sem jamais alcançar um término, seu fim é como uma meta a que nunca se chega, do mesmo modo que quando o poeta diz meta pode estar dizendo o inatingível.

Por conseguinte, pensar o Estado a partir de Hegel, exige apreendê-lo na dinâmica dessa totalidade de relações que o constitui; hipostasiar ideologias em dogmas de verdades absolutas, de projetos imutáveis em seus dualismos intransponíveis/irreduzíveis, não corresponde à verdade do Estado Ético ou Estado de Direito nessa perspectiva hegeliana.

Talvez, a maior dificuldade, para nós brasileiros e brasileiras, não seja compreender Hegel e pensar tudo em termos de relações, mas compreender o Estado em seu conceito como realidade efetiva, pois nos falta a experiência de viver num Estado de Direito, no sentido estrito; quando Aristóteles contrapondo-se ao seu mestre Platão afirmou que o melhor Estado é o que possui a melhor Constituição e que esta deve estar acima de todos os cidadãos, inclusive dos governantes, de imediato, nos reconhecemos vivendo num Estado pré-aristotélico, pois por aqui o Ato Institucional, o Decreto Lei, a Medida Provisória do poder executivo e outras interpretações de poderes outros negam peremptoriamente a soberania da nossa Carta Magna.

Uma conclusão seria, neste ponto, apressada; considerações finais aplicam-se a uma exposição à guisa de conclusão, de certo modo é cedo para encerrar o texto e tarde para dar continuidade, considerando-se o propósito a que se destina – apenas instigar uma reflexão sobre a imponderável finitude humana e as infinitas possibilidades de realização desde uma metafísica de base relacional.

Reiteramos que a imponderável finitude humana que nos torna o singular, enquanto universal concreto da infinitude, razão pela qual o pensamento pensado da base material da metafísica tradicional, que tem servido de sustentação/legitimação ao pensar dominante, alega que não servimos se quer como objeto de conhecimento, posto que essa condição

porque expressão de nossa liberdade, implica que não se pode prever a resposta humana, pois não é uma mera reação, mas uma mediação pelo pensamento pensante.

Conquanto, nossa Metafísica de base relacional conclama a uma mudança na direção do olhar que nos permita uma nova perspectiva na compreensão do todo, da infinitude, de nossa realidade efetiva imediata e de nós mesmos, e, simultaneamente, a compreensão de que cuidar é levar à plenitude, desenvolver é educar para a realização da ideia de liberdade na existência humana, em atitude de respeito à diversidade que se manifesta diante de nós e em nós mesmos.

Por fim, melhor, então, convidar aos possíveis leitores a persistir na navegação desse caudaloso rio, tanto revisitando rotas já abertas, como navegando além do horizonte, aonde ninguém jamais chegou e somente a ousadia pode nos levar.

## REFERÊNCIAS

- Bedeschi, G. (1989). *Marx* (J. Gama, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Bourgeois, B. (1986). Présentation. In G. W. F. Hegel, *Encyclopédie des Sciences Philosophiques, I*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Capra, F. (2013). *As Conexões Ocultas* (4ª ed.). São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix.
- Descartes, R. (1994). *Meditações*. In *Obra Escolhida* (J. Guinsburg & B. Prado Júnior, Trans., 3ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Hegel, G. W. F. (1989). *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal* (J. Gaos, Trad.). Madrid: Alianza Editorial.
- Hegel, G. W. F. (1991). *Phänomenologie des Geistes* (3ª ed.). Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Hegel, G. W. F. (1992). *Fenomenologia do Espírito* (P. Meneses, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Hegel, G. W. F. (1993). *Grundlinien der Philosophie des Rechts* (3ª ed.). Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Hegel, G. W. F. (1995). *Enciclopédia das Ciências Filosóficas, I – A Ciência da Lógica. III – A Filosofia do Espírito* (P. Meneses & J. Machado, Trans.). São Paulo: Loyola.
- Hegel, G. W. F. (2010). *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio* (P. Meneses et al., Trans.). São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS.
- Heisenberg, W. (2009). *A Ordenação da Realidade* (M. A. Casanova, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kant, I. (1988). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (P. Quintela, Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Lima Vaz, H. C. de. (1999). *Escritos de Filosofia IV - Introdução à Ética Filosófica 1*. São Paulo: Loyola.
- Moraes, A. O. (2003). *A Metafísica do Conceito – Sobre o problema do conhecimento de Deus na Enciclopédia das Ciências Filosóficas de Hegel*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Morin, E. (2002). *A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI* (F. Nascimento, Trad., 2ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mumford, L. (1959). *A conduta da vida* (N. R. da Silva, Trad.). Belo Horizonte, Brasil: Itatiaia.
- Schmidheiny, S. (1992). *Cambiando el Rumbo – Una perspectiva global del empresariado para el desarrollo e el medio ambiente* (G. Joaquín & L. Renner, Trans.). México: Fondo de Cultura Económica.